

Aprender a produzir

O QUE dizer de um crescimento econômico que não dá tempo a que se recomponham os recursos naturais renováveis? Ou de um crescimento que não inclua em sua avaliação o comprometimento futuro das necessidades humanas em matéria de saúde e de qualidade de vida?

NO mínimo, deve-se dizer que ele está sacando sobre o capital, em vez de recorrer a reservas e rendimentos, numa atitude suicida: condena-se o crescimento de fôlego curto, caso ainda mereça tal nome. E compromete-se, sobretudo, sua tradução em desenvolvimento, já que só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento se tornam uma aquisição permanente da civilização.

É ESSE risco palpável que levou à tese do desenvolvimento auto-sustentado, ora endossada por uma elite empresarial no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Ela preconiza uma ordem mais ampla, em que se integrem economia e ecologia. Porque não se trata de postular o crescimento zero, como quêriam, faz cerca de duas décadas, os catastrofistas do Clube de Roma. Ou de reduzir a natureza a um grande museu de história natural, como parecem insinuar alguns auto-assumidos defensores da Amazônia. Não se trata sequer de produzir menos; trata-se de produzir de maneira diferente.

A TESE amplia e enriquece o conceito de proteção do meio ambiente. Enfatiza-se muito a poluição, em detrimento da depredação do meio ambiente, que é muito mais grave.

CAUSA impacto, por exemplo, saber que os Estados Unidos contribuem anualmente para o Efeito Estufa com 5,7 toneladas per capita de gás carbônico; contra 0,6 tonelada dos chineses e 0,2 tonelada dos indianos. Esses números, porém, escamoteiam o dado mais grave: hábitos de consumo praticados perdulariamente sobre recursos naturais não renováveis.

E COMO uma distorção gera outra, pode-se partir daí para a suposta excelência de uma energia limpa e renovável, a produzida por hidrelétricas como a de Assuã. Ora, quando os egípcios pagaram aos soviéticos a conta de Assuã, já tinham dois prejuízos sérios, a contabilizar junto com os custos da usina: a quebra de quase dois terços na pesca de sardinhas no delta do Nilo, com a retenção dos nutrientes pela barragem; e o aumento brutal da esquistossomose na população, com a proliferação de caramujos nas regiões inundadas pela represa.

AO mostrar que qualquer depredação é lucro cessante, a tese do desenvolvimento sustentado corrobora a proteção ao

meio ambiente, dando-lhe novo título, o econômico. E vai além, apontando na poluição o sintoma de ineficiência: resíduos lançados na atmosfera ou atirados na água são matérias-primas não vendidas nos produtos finais — inflacionando-lhes os custos e lhes tornando proibitivos os preços.

A RIO-92 está sendo chamada também de Cúpula da Terra. Mas esse será apenas mais um nome pretensioso, se o encontro da ONU não for também a instância de integração entre a ecologia e a economia. Se não se abrir à opção pelo desenvolvimento auto-sustentado.

NÃO se estabeleceu ainda, em definitivo, como promovê-lo. Mas se sabe o suficiente para que ele se imponha: sem sustentação, não há desenvolvimento real. Os países pobres não podem continuar hipotecando sua sustentação futura — produzindo, por exemplo, safras agrícolas de exportação com esgotamento irreversível, a curto prazo, do solo, das águas e dos complexos florestais. E os países ricos não podem continuar reclamando das repercussões internacionais desse empobrecimento, enquanto parecerem ver na natureza — veja-se o caso da Amazônia brasileira — apenas um grande filtro para livrar o ar da poluição que seus carros e fábricas geram.